



IGUALDADE

Embates impulsionam PL da Misoginia

Relatora Tabata Amaral prevê análise da proposta nos próximos dias em meio à repercussão de episódios recentes

» DANANDRA ROCHA

A Câmara dos Deputados entra em uma semana decisiva para a tramitação do projeto que criminaliza a misoginia. Após meses de negociações e mudanças no texto, a proposta deve ser levada ao plenário nos próximos dias, segundo a relatora, deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

A expectativa de votação ocorre em meio à mobilização da bancada feminina e à repercussão de episódios recentes que recolocaram no centro do debate a violência política de gênero e os ataques contra mulheres em espaços de poder.

Aprovado por unanimidade pelo Senado em março, o projeto altera a Lei nº 7.716/1989 para incluir a misoginia — caracterizada pelo ódio, desprezo ou aversão às mulheres — entre as condutas passíveis de punição.

Embora tenha avançado sem resistência significativa no Senado, o texto enfrentou sucessivos adiamentos na Câmara. Em entrevista ao **Correio**, Tabata afirmou que o projeto amadureceu ao longo das negociações e que o principal desafio, neste momento, é combater a desinformação sobre a proposta.

“A previsão é de que o projeto seja votado nesta semana, conforme acordo construído no colégio de líderes. Desde o início, priorizamos o diálogo, ouvindo vítimas, especialistas, juristas e representantes da sociedade civil. O principal desafio hoje é combater a desinformação. O projeto não restringe a liberdade de expressão, nem criminaliza opiniões. Ele responsabiliza

atos de discriminação e violência contra mulheres, com segurança jurídica e respeito à Constituição”, afirmou a relatora.

Novo impulso

Nas últimas semanas, o tema ganhou força no debate público após a crise envolvendo Michelle Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Em vídeo nas redes sociais, a ex-primeira-dama afirmou ter sido “humilhada” e desrespeitada pelo enteado durante divergências sobre as articulações eleitorais do partido para 2026, gerando reações de diferentes espectros políticos e desencadeando uma série de ataques nas redes sociais.

Nas últimas semanas, o tema extrapolou os limites do Congresso e ganhou protagonismo no debate, após a crise envolvendo a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Em vídeo divulgado nas redes sociais, Michelle afirmou ter sido “humilhada” e desrespeitada pelo enteado durante divergências relacionadas às articulações eleitorais do PL para 2026. O episódio provocou reações de lideranças de diferentes espectros políticos e desencadeou uma série de ataques nas redes sociais.

Janja Lula da Silva manifestou solidariedade a Michelle e à senadora Damares Alves. “Primeiro, total solidariedade a elas. Qualquer mulher agredida não pode soltar a mão de outra, não importa qual seja o campo ideológico delas”, declarou em entrevista ao podcast Frente a Frente, do portal UOL em parceria com a *Folha de S.Paulo*.

Danandra Rocha/CB/D.A. Press



Deputadas da esquerda pressionam pela votação do PL da Misoginia antes do recesso parlamentar

Na avaliação de Tabata Amaral, episódios como esse evidenciam que a violência contra as mulheres não se restringe a um grupo político específico. “Eu concordo que a misoginia não tem partido. Ela atinge mulheres de direita, de esquerda, de centro, mulheres públicas e anônimas. Toda vez que um episódio como esse gera debate, ele ajuda a mostrar que a violência contra a mulher muitas vezes começa na humilhação, na desqualificação e no desrespeito. É justamente esse ciclo que precisamos interromper”, afirmou.

Bancada feminina

Com a proximidade do recesso parlamentar, deputadas da esquerda intensificaram, ontem, a pressão sobre o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que o projeto seja incluído imediatamente na pauta do plenário.

Vice-líder do PT, Maria do Rosário (RS) afirmou que a violência contra as mulheres começa antes das agressões físicas. “Na escada da violência contra a mulher que chega ao feminicídio, as manifestações de ódio são o primeiro

degrau”, declarou. A petista acrescentou: “É incoerente assinar o Pacto Nacional contra o feminicídio e não colocar em votação o projeto de lei contra a misoginia que foi aprovado por unanimidade no Senado Federal.”

A líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ), ressaltou que a proposta não interfere em manifestações religiosas nem em opiniões individuais. “O que se trata é que em qualquer ambiente onde a violência seja incitada, induzida e praticada isso seja crime. Aqui não tem nada a ver com religião, com liberdade de expressão ou com

liberdade de culto religioso”, afirmou.

Já a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Erika Hilton (PSOL-SP), afirmou ao **Correio** que há resistência de parte do Parlamento à tramitação do texto. “O estágio de articulação para levar o texto ao plenário é o de enfrentamento contra uma bancada que não tem coragem de enfrentar o projeto e tenta forçar, nos bastidores, que o projeto de lei nunca seja pautado”, declarou.

Ao citar o episódio envolvendo Michelle e Flávio Bolsonaro, Hilton afirmou: “A misoginia sempre será usada como arma pelos misóginos para diminuir qualquer mulher que se destaque na política, mesmo que ela seja uma aliada do espectro político que os protege no Congresso e vota contra a criminalização da misoginia. Eles operam pelo estigma para alavancar a violência política de gênero nas redes sociais”.

As defensoras do projeto afirmam que o texto não busca punir opiniões ou críticas, mas condutas que incentivem violência, humilhação, discriminação ou atentem contra a dignidade das mulheres.

Durante a mobilização desta semana, Tabata Amaral citou o crescimento de conteúdos misóginos nas redes sociais e alertou para a influência de grupos que disseminam discursos de ódio entre adolescentes.

“Não tem liberdade de expressão, não tem liberdade religiosa, não tem nada que deveria proteger esse discurso, porque crime é crime”, afirmou. Com a pauta do plenário ainda em definição, a expectativa é que Hugo Motta coloque o texto em votação antes do recesso.

SAÚDE

Bronquiolite grave cai 52,5% com vacinação

» RAFAELA BOMFIM*

Ver o filho com dificuldade para respirar é uma das situações que mais preocupam famílias de recém-nascidos. Durante os meses de maior circulação do Vírus Sincicial Respiratório (VSR), esse cenário costumava lotar consultórios, prontos-socorros e unidades de terapia intensiva pediátrica. Neste ano, porém, uma mudança começou a aparecer nos hospitais. A imunização de gestantes contra o VSR, incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) em dezembro de 2025, reduziu em 52,5% os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)

em bebês menores de 6 meses, faixa etária mais vulnerável às complicações provocadas pelo vírus.

Os dados, apresentados, ontem, durante a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), mostraram que o número de casos graves caiu de 14.061, no primeiro semestre de 2025, para 6.674 no mesmo período deste ano. Desde a incorporação da vacina ao SUS, mais de 1,2 milhão de gestantes receberam o imunizante.

O impacto também apareceu em um estudo conduzido pelo Ministério da Saúde, que estimou que aproximadamente 6,8 mil casos graves foram evitados entre crianças menores

de seis meses. Enquanto nessa faixa etária a redução ultrapassou 50%, entre crianças mais velhas a queda variou entre 8% e 13%, indicando que o principal benefício foi observado justamente entre os bebês protegidos ainda durante a gestação. Aplicada a partir da 28ª semana de gestação, a vacina estimulou a produção de anticorpos que atravessaram a placenta e protegeram o bebê nos primeiros meses de vida.

O pediatra Thallys Ramalho explicou que o VSR foi um dos principais responsáveis pela pressão sobre os serviços pediátricos todos os anos. “Nos períodos de maior circulação do vírus,

observamos aumento expressivo de consultas, atendimentos em prontos-socorros, necessidade de oxigênio, internações em enfermarias e admissões em UTIs pediátricas”, afirmou.

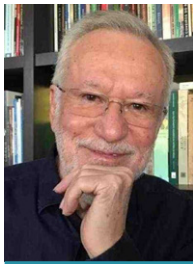
Ramalho também orientou que a vacinação não fosse deixada para os últimos dias da gravidez. Além da imunização das gestantes, o SUS disponibilizou o nirsevimabe, um anticorpo monoclonal indicado para recém-nascidos prematuros e crianças de até 23 meses com doenças que aumentam o risco de complicações.

Estagiária sob supervisão de Fernanda Strickland

Ed Alves CB/DA Press



Vacina contra o VSR reduz metade dos casos de bronquiolite grave



ALEXANDRE GARCIA

A ALIENAÇÃO QUE ESTÁ ENTRE OS DEFEITOS DA SELEÇÃO TAMBÉM É UMA DAS MAZELAS DO ELEITOR BRASILEIRO, QUE OLHA E OUVI, MAS NÃO VÊ, NÃO ESCUTA NEM ENTENDE. E AÍ, SOMOS ELIMINADOS NA DISPUTA MUNDIAL PELO AMANHÃ DE CADA UM.

A Seleção somos nós

Na véspera do jogo com a Noruega, a Seleção Brasileira já era praticamente hexa-campeã do mundo, como garantia o ufanismo do noticiário. No dia seguinte ao jogo de 2 x 1 para a Noruega, a Seleção era apenas uma colcha de retalhos, eivada de defeitos. Ou seja, o Brasil é o maior, mas também é vira-lata. Como não vi a partida, fui pesquisar as impressões dos analistas, comentaristas e técnicos infiltrados na população brasileira. E encontrei esses

defeitos: lentidão mental, despreparo, falta de espírito de equipe, ausência de liderança, fragilidade emocional, nervosismo nos momentos que exigem cabeça fria, falta de empenho, ausência de “raça” para defender a camisa do Brasil, distância da realidade nacional, técnico estrangeiro, falta de planejamento, falta de craques nas posições decisivas, movimentos táticos ultrapassados e, até no futebol, politização; em torno do maior craque, Neymar. “Jogador de home

office” — carimbou o presidente.

Quando terminei a pesquisa, fez-se a luz. Eureka! Essas são características do brasileiro em geral. A Seleção nos representa, como nos representam os vereadores, deputados e senadores a quem nem lembramos se demos o voto. É bem isso que marca nossa eliminação no concerto das nações, mesmo tendo um gigantesco potencial, suficiente para estarmos entre as primeiras nações do mundo, e ombrearmos com Estados Unidos e China. Somos tudo aquilo que diagnosticamos na Seleção Brasileira, inclusive com o cacete de sermos campeões antes do jogo

e frustrados depois dele, porque ingenuamente acreditamos nos gritos alheios e nos nossos próprios gritos. Preferimos nos enganar, ainda que a realidade nos mostre reiteradamente que depois sofremos. Viver de esperança é poético, mas nada prático.

A última Copa que acompanhei com interesse foi a de 1970. Fomos tricampeões com “raça”, determinação, competência, estratégia e tática insuperáveis, espírito de equipe, dedicação, sem vaidades ridículas, com rapidez mental e física no campo, técnico e jogadores radicados no Brasil, jogando com entusiasmo.

Eram um retrato do país e estimularam um otimismo e entusiasmo que resultou no milagre brasileiro, em que crescemos 11,2% em média anual por quatro anos. Chegamos ao crescimento de 14% do PIB em 1973! Não foi governo; foi a semente da Seleção de Zagallo, que caiu em terra boa.

No Evangelho de domingo, Mateus conta a parábola do semeador, em que Jesus menciona os que “olhando, não veem; ouvindo, eles não escutam nem compreendem”. A alienação que está entre os defeitos da Seleção também é uma das mazelas do eleitor brasileiro, que olha e ouve, mas

não vê, não escuta nem entende. E aí, somos eliminados na disputa mundial pelo amanhã de cada um. A eleição dentro de dois meses e meio vai decidir o futuro da nossa família, do nosso emprego, dos impostos que pagamos, da nossa segurança, da nossa saúde, do nosso bem-estar, dos preços e juros que pagamos, do carro, da picanha, das escolas dos nossos filhos e netos, dos hospitais de nossa velhice. Mas só discutimos nomes e não como cada candidato poderá jogar durante os próximos quatro anos. Vai cair onde a semente do voto? Na beira da estrada, no meio das pedras e espinhos ou em terra boa?